

Renamo em crise de sobrevivência

REFINALDO
CHILENGUE
enviado a Quelimane

A RENAMO está a enfrentar a sua maior crise financeira de sempre. Para superá-la, exige que o Estado patrocine a sua subsistência, sob pena de o «povo se levantar pacificamente» e dividir o país, a fim de evitar o desaparecimento do segundo maior partido de Moçambique. Esta é a principal exigência da primeira conferência nacional da Renamo, em Quelimane, na qual tomaram parte mais de 400 delegados de todas as províncias do país.

Para o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, a paz em Moçambique corre perigo, caso as suas reivindicações não sejam levadas em conta, nomeadamente a disponibilização de fundos pelo Estado moçambicano ou pela comunidade internacional, de modo a garantir a sobrevivência política do partido. As dificuldades financeiras da Renamo agudizaram-se após a retirada da ONUMOZ, que



Lutz Carvelho

Para Afonso Dhlakama a paz corre perigo

disponibilizara 16 milhões de dólares para ajudar a Renamo a transformar-se em partido político e criar bases económicas para a sua sobrevivência.

Dhlakama acusa a Frelimo de tudo fazer para «acabar com a Renamo até 1997, através do aliciamento, perseguição, espancamento, detenção e morte dos seus membros e simpatizantes», em todo o território.

Reagindo às exigências da Renamo, o primeiro-minis-

tro, Pascoal Mocumbi, disse que uma das reivindicações (o financiamento através de parte das receitas geradas pelas províncias onde conquistou a maioria de votos) é incompreensível, pois se cada partido reclamasse fatias orçamentais referentes aos círculos eleitorais sob sua influência, o país cairia numa situação de anarquia generalizada difícil de controlar. Referiu que o executivo está a estudar uma metodologia para financiar os três partidos com assento no Parlamento, nomeadamente a Frelimo, a Renamo e a coligação União Democrática (UD), através do Orçamento Geral do Estado.

Traduzindo a situação difícil que a Renamo atravessa, o seu líder e o porta-voz oficial da conferência nacional desdisseram-se em escassos minutos. Dhlakama afirmou depois que não pretende a divisão do país nem o recurso a uma «revolução de massas» e Manuel Pereira repetiu que, caso o Governo não satisfaça as exigências do seu partido, o «povo sairá à rua pacificamente para dividir Moçambique».

Dhlakama perguntou ainda: «Por que é que a comunidade Internacional, que

diz pretender a democracia em Moçambique, não pode continuar a ajudar financeiramente a Renamo até que ela crie as suas bases económicas? A comunidade internacional tem uma grande responsabilidade neste caso, porque eu, sem fundos, posso perder o controlo de milhares e milhares de pessoas que sofreram no mato e isso pode fazer perigar a paz. Defendo a paz e a democracia e é por isso mesmo que pretendo ajuda».

Os conferencistas alertaram Dhlakama para o risco que corre ao confiar nas promessas do Presidente Joaquim Chissano, que, em sucessivos encontros, lhe faz promessas sem as concretizar. Foi igualmente decidido que os responsáveis partidários, em todos os escalões a partir do nível provincial, passem a ser eleitos por voto secreto e designados por «líderes», com um mandato não inferior a dois anos.

Os responsáveis nacionais serão designados pelo Conselho Nacional, o qual deverá anunciar uma série de alterações nos próximos dias, numa remodelação que afetou já o próprio secretário-geral do partido, Vicente Ululu.

NOITE AFRICANA

músicas angolana e cabo-verdiana,
reggae, pagode, samba, salsa, merengue
e muito mais

**DIA 18 DE MARÇO,
ÀS 23 HORAS**

Discoteca Zoom

*Rua Rodolfo Dantas, 102,
Copacabana*

**DIA 25 DE MARÇO,
ÀS 23 HORAS**

Discoteca Caribbean Night

*Estrada Fróes (final da Praia de
Icaraf)*

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Behuce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.

ONU

Missões de paz em perigo

EXPRESSO, 18.2.95

AS NAÇÕES Unidas já não são os «bombeiros da paz». O fracasso das suas missões na Somália e na ex-Jugoslávia foi reconhecido publicamente pelo secretário-geral Butros-Ghali e ratificado pelo Conselho de Segurança.

Na Somália começou esta semana a operação de retirada dos oito mil capacetes azuis que restam da ONUSOM, enquanto a NATO ultima os preparativos para a retirada da Croácia, onde o presidente Tudjman se recusa a renovar o mandato da FORPRONU que caduca a 28 de Março.

Em Moçambique, a prevista retirada da ONUMOZ foi suspensa a 31 de Janeiro, por razões que se prendem com questões burocráticas: a missão foi considerada oficialmente «um sucesso» e os funcionários que restam circulam à paisana e limitam-se a actividades de secretaria.

Em contrapartida, em relação a Angola, o Conselho de Segurança (CS) deu este mês luz-verde para um novo contingente de «capacetes azuis», a UNAVEM III, cujo mandato terminará em 1996 depois de organizadas eleições e entrada em funções de um novo Presidente eleito.

Os primeiros soldados começarão a chegar a Angola em breve, com a estrita missão de vigiar o acantonamento das forças da UNITA, o desarmamento e a desmobilização. Os portugueses têm garantida uma companhia de transmissões (a mesma que esteve em Moçambique), o lugar de Chefe do Estado-Maior (o terceiro na hierarquia da missão), 35 observadores e, eventualmente, de mais uma companhia logística.

No Burundi, vários membros do CS temem uma repetição da catástrofe do vizinho Ruanda e recomendam pelo menos o envio de uma missão de observadores.

Guerra é guerra

Aparentemente, os governos dos países da ONU chegam à conclusão que não vale a pena investir na paz quando os protagonistas da guerra não a querem. Os seus custos, meios e esforço de vontade política não compensam o risco da extensão da guerra, nem tão-pouco os delicados equilíbrios que é preciso estabelecer na ONU.

Tanto na Somália como na ex-Jugoslávia, os políticos são unânimes em considerar que, após a retirada da ONU, a guerra vai recrudescer. Na Somália, os primeiros incidentes já começaram e teme-se que, na Croácia, a saída seja o ponto de partida para uma nova etapa bélica, da qual a ONU quer estar ausente — os planos para a retirada do contingente da FORPRONU na Bósnia (24 mil homens), estão prontos há muito tempo.

Das quinze missões da ONU em curso, só duas se referem a problemas inter-Estados (a MONUIK, entre o Koweit e o Iraque, e a UNMOGIP, entre a Índia e o Paquistão). Em todas as demais a ONU depara com conflitos entre facções rivais que lutam pelo poder e raramente consegue escapar à acusação de favorecer um dos lados.

A estas considerações junta-se a própria crise da organização, agora ainda mais abalada pela vitória da direita nos Estados Unidos. O plano dos republicanos de reduzir a contribuição do país põe directamente em causa a existência de qualquer missão da ONU. Excepto aquelas nas quais ele está vitalmente interessado. Demonstram-no os exemplos do Haiti, Iraque e até mesmo o de Angola.

LÚISA MEIRELES

Porto Amboim, Cuanza Sul: Natal com a AMI

Tiros em noite de paz

PÚBLICO, 18.2.95

A ENFERMEIRA Nazaré nunca mais vai esquecer aquela noite de Natal de 1993 passada na missão de Porto Amboim, Cuanza Sul, em que o som dos cânticos natalícios foi substituído pelo das armas e gritos das crianças.

Era a sua segunda missão em Angola, integrada numa equipa da Assistência Médica Internacional (AMI). Anteriormente estivera no Lobito, num campo de deslocados.

Daquela noite, que devia ser de paz, recorda primeiro “tiros espaçados, depois seguidos e gritos de crianças”. As armas só se calaram por volta das 5h30, altura em que finalmente pode ir até ao hospital.

Sobre essa experiência escreveria: “É dia de Natal. A Paz e o Amor são as grandes palavras deste dia... mas só para alguns privilegiados”.

Nazaré Santos é uma mulher franzina mas com um ar decidido e as mãos não param, numa dança imaginária, enquanto recorda os muitos casos de sofrimento e morte que testemunhou.

“A morte é uma constante nestes contextos (missões de guerra), mas nunca calejamos”, afirma, garantindo que “à medida que se assiste a mais sofrimento aumenta a ânsia de se fazer cada vez mais para o minorar”.

Da sua presença em Angola recorda, entre muitos, o caso de uma mãe que, tendo iniciado a jornada à muitas centenas de quilómetros do campo, ali conseguiu chegar com uma filha de tenra idade, desnutrida e desidratada, que todo o saber e amor ao próximo de médicos e enfermeiros não bastaram para a resgatar a uma morte há muito anunciada. Pelo caminho, aquela mulher perdera três outros filhos e o marido.

Do seu currículo no desempenho de missões humanitárias da AMI constam já três países de língua oficial portuguesa (PALOP): Guiné, Cabo Verde e Angola.

Embora cada missão seja única, há sempre, afirma, duas preocupações constantes: prevenção e formação.

Fala da sua primeira mis-

são, na Guiné, em 1989, como “algo que a marcou muito”. Durou seis meses e decorreu no mato, onde tinham que fazer de tudo. Seguiu-se Cabo Verde. Começou por trabalhar no Hospital Agostinho Neto, na Cidade da Praia, mas depois canalizou também a sua atenção para uma escola de enfermagem que estava a funcionar a meio gás.

Quando os alunos lhe dizem que não havia “pessoas para tratar quanto mais para prevenir” respondia: “Mas é preciso prevenir para não ser preciso tratar”.

Angola seria a etapa seguinte do seu percurso. Cumpriu duas missões no país, a primeira das quais de emergência no Lobito, num campo de deslocados. A segunda seria a já referida no Porto Amboim, no Cuanza Sul.

De todas elas registou momentos especiais em fotografias que legenda no verso. Numas vêem-se três crianças pequenas, uma das quais com uma lata na mão, em volta de uma fogueira, onde assenta uma panela. No verso escreveu: “Meninos de Huambo à volta de uma panela aguardando a fuba. Chegará?”. A fotografia está datada de Abril de 1993.

Outra, escolhida de entre as muitas que disponibilizou, mostra uma criança de tenra idade em estado terminal. A legenda diz apenas “O Mário...”. A foto foi obtida no Lobito, na mesma data.

Passa o conjunto de fotografias uma a uma, falando de todos e de cada um dos que tratou e ensinou, com uma certa emoção. Nestas fotografias está uma parte da sua vida.

Nazaré Santos nasceu há 54 anos na Chamusca. Teve conhecimento da AMI em 1988 através de outras enfermeira.

Hoje quando lhe perguntam se não se importa de passar datas como o Natal fora, a muitos milhares de quilómetros de casa, responde: “Há sempre quem necessite mais que passemos o Natal junto deles”. Partiu esta semana para uma nova missão em Angola.

A Assistência Médica Internacional (AMI) é uma organização não governamental portuguesa, privada, apolítica e sem fins lucrativos, fundada em 1984 pelo médico Fernando Nobre. ■

Isabel Lourenço, Lusa

SAVIMBI sobre JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

“Quero ajudá-lo a entender Angola”

EXPRESSO, 18.2.95

GUSTAVO COSTA
enviado ao Bailundo

A RECUSA em participar no governo, sem um programa comum com o MPLA, o veto imposto à ida de jornalistas da imprensa estatal ao Bailundo e o controlo sobre os militares da UNITA, que ameaçaram voltar à guerra, dominaram de tal maneira o «jogo político» de Jonas Savimbi durante o Congresso desta organização, que a classe política em Luanda, uma semana depois, ainda não reagiu. Savimbi subalternizou a comunidade internacional, apelou aos valores pan-africanistas, reconheceu que o «barco (da UNITA) se está a afundar», e lançou o pânico no Parlamento ao cautionar a expulsão do seu movimento de deputados tidos como dissidentes. Em entrevista ao EXPRESSO manifestou reservas quanto aos capacetes azuis, criticou Portugal e a Rússia por «fornecerem armamento ao MPLA» e anunciou que a sua organização «será oposição».

EXPRESSO — A dada altura do congresso da UNITA, os militares colocaram o regresso à guerra como a melhor opção para a sua organização. Essa opção não representaria uma concessão de facilidades para o regime de Luanda e não levaria a comunidade internacional a condenar em bloco a UNITA?

JONAS SAVIMBI —



«Se não se derem garantias aos militares, não há acordo de paz e nem a ONU travará os soldados da UNITA»

Porque hveríamos de fazer um jogo que facilitasse o MPLA? Temos que ter cuidado na abordagem da questão dos militares da UNITA. O problema é delicado. Os acordos assentaram numa cláusula que sacrifica essas forças. Temos que atender às suas preocupações mas não porque queiram, de facto, rebelar-se e fazer a guerra. O que eles disseram claramente foi: «se nós somos sacrificados, isso é um suicídio!». Tudo o que eles disseram é verdade!

EXP. — Foi por essa ra-

zão que se esforçou para conter os militares, assegurando-lhes determinadas garantias?

J.S. — Tem que ser! Caso contrário, não há acordo de paz. Nem a ONU consegue parar os soldados da UNITA. Eles têm que ser confortados com palavras; temos de cuidar da sua situação material. Qual será o futuro dos homens que passaram toda a vida na mata? Se não atendêssemos a isso seria injusto.

EXP. — Porque é que os militares se opuseram a um

encontro entre o senhor e o Presidente Eduardo dos Santos?

J.S. — Até as mulheres se opuseram. Os militares foram muitos, mas a LIMA (organização da mulher angolana), esteve na vanguarda e disse «ele quer te matar, vai lá fazer o quê?». Mas não ficamos por aí. Temos que nos encontrar.

EXP. — Qual é a sua posição quanto ao encontro com o Presidente Eduardo dos Santos?

J.S. — Se pusemos condições, não vamos encontrar nem local nem quadro de negociações. Quando tínhamos o Huambo, Eduardo dos Santos não aceitava vir para o Huambo. Agora tem o Huambo, mas diz que é no interior. Eu faço concessões. Sou o mais velho. Estou na luta há mais tempo. Eu estou aqui e eu fico. Eu quero ajudá-lo (a Eduardo dos Santos) a entender Angola porque ele não entende toda Angola; entende só uma parte. Logo, tanto faz dentro, como fora, temos é que ver como é que ele e eu vamos reunir condições para que o resultado do nosso encontro seja bom para a paz e para os angolanos.

EXP. — No começo do Congresso, revelou muitas reservas em relação à vinda dos capacetes azuis. No final, houve como que um «volte-face». Porquê?

J.S. — O problema é: os capacetes azuis vêm para quê? A nossa posição mantém-se e é intransigente. Afinal, a ONU só trata com a UNITA quando é para aplicar san-

Continua na pág. 4

histórias do mundo

As casas do ANC

PÚBLICO, 19.2.95

Grande parte da população negra e mestiça sul-africana ainda não tem uma casa em condições, mas aqueles que as possuem — ou pelo menos a elas têm alguma forma de acesso — procuram dar-lhes o maior uso possível. Por vezes com festas tão aparatosas que fazem tremer o ANC e ameaçam até a estabilidade governamental.

O mais recente escândalo diz respeito às duas residências oficiais do Presidente Nelson Mandela, respectivamente em Pretória e na Cidade do Cabo, sedes do poder executivo e do legislativo. Sempre que ele não se encontra numa delas, o pessoal tende a organizar grandes farras, até às tantas da manhã, certamente para se desforrar dos tempos em que isso era apenas um privilégio de brancos.

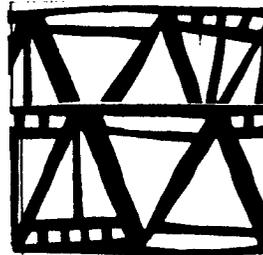
The Weekend Star”, de Joanesburgo, revelou que os servidores de Mandela e os amigos por eles convidados se têm entretido a emborcar os melhores vinhos das garrafeiras presidenciais e a encher a barriga com os mais delicio-

sos manjares, no esplendor das residências que foram outrora de Pieter Botha e de Frederik de Klerk.

Não satisfeitos, alguns funcionários da Presidência recorrem aparentemente sem complexos à utilização de viaturas do Estado para que os seus amigos e amigas se desloquem a essas grandes festas, dadas nas costas do petróleo, em casas apetrechadas com valiosos móveis e obras de arte e mantidas com o dinheiro dos contribuintes.

Por seu turno, uma das figuras de proa do ANC, Allan Boesak, vendeu já a sua excelente casa dos arredores do Cabo, a fim de repor uma parte do dinheiro que o acusaram

de dinheiro que o acusaram de haver desviado dos fundos entregues por entidades escandinavas à Fundação para a Paz e a Justiça. Mas Winnie Mandela, igualmente suspeita de nem sempre ter usado da melhor forma possível donativos estrangeiros, lá vai vivendo com todo o desafogo que pode, enquanto consegue irritar o antigo marido com os seus discursos de populismo radical.



Portugal na 1 Bial de Arte de Joanesburgo

A partilha da África do Sul

PÚBLICO, 19.2.95

João Pinharanda

Uma bienal de arte num país que regressa à arena internacional depois de décadas de ostracismo é um facto imediatamente notório. Quatro artistas de Portugal mostram, a partir do dia 28 deste mês, como se dá a ver a imagem do (seu) multiculturalismo.

Decorreu na sexta-feira à tarde a apresentação, no Museu do Chiado, dos quatro artistas que representarão Portugal na "I Bienal de Joanesburgo", a realizar no próximo dia 28. A iniciativa revela da parte dos organizadores uma noção interessante da possibilidade de usar a arte como meio de revelação e comunicação interna e externa — e não apenas os canais diplomáticos ou económicos usuais. É, pelo menos, mais arriscado e imediatamente menos proveitoso do que o investimento nas potencialidades turísticas. Resta saber como se vão vencer as naturais dificuldades organizativas e financeiras do projecto e como vai a imprensa local e internacional tratar o caso num período em que as necessidades sociais imediatas parecem as únicas a merecer atenção, que reflexo terão as iniciativas nas revistas da especialidade, que facilidades serão dadas aos países convidados para que desejem voltar à próxima edição — numa época em que é por demais adquirido que a fórmula "bienal" está velha e esgotada.

O evento, organizado pelo município de Joanesburgo e dirigido pelo Director do departamento de Cultura da Cidade, Christopher Till, subordina os países participantes a dois temas "Alianças voláteis" e "Descolonizemos o nosso pensamento", pretendendo com o primeiro "confrontar questões como as relações entre o europeísmo e o africanismo, as interferências entre expressões de arte indígena e a arte proveniente de países colonizadores" e o segundo "traduzir a expressão de formas artísticas enquadradas por questões de natureza social, cultural e política como a problemática da diferença e da identidade culturais, con-

cretizando-se em aspectos como os da raça, da sexualidade, dos direitos sobre a terra, etc".

Partindo destes pressupostos, João Fernandes director de um dos acontecimentos artísticos de maior repercussão nacional, as "Jornadas de Arte Contemporânea do Porto" escolheu quatro artistas, dois dos quais (Angela Ferreira e Roger Meintjes), por educação ou nascimento e formação estão intimamente ligados à África do Sul; os dois restantes são Ana Jotta e Luís Campos. "Chegadas: Partidas" é o título da representação que foi possível garantir com o apoio da Secretaria de Estado da cultura, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Instituto Português de Museus, do Instituto Camões e com apoios mecenáticos da Gulbenkian, da Fundação Horácio Roque, do Banif e da Companhia de Seguros Lusitânia. A longa e vasta ligação, em termos históricos e humanos (emigração madeirense e continental), à região sul-africana foi uma das razões políticas que pesaram na resolução de apoio financeiro a este projecto internacional.

O comissário, em texto a incluir no catálogo, justifica as suas escolhas pelo valor capacidade das obras apresentadas em acrescentar dados positivos à discussão estética, social e política em curso na arte contemporânea. O próprio título ("Partidas: Chegadas") é justificação da ideia de "migração" que será aliás condição da arte actual "hoje interdependente da relação entre centros e periferias culturais". O pouco tempo que mediou entre a concretização do convite ao comissário, da aprovação do seu projecto e da certeza de obtenção dos apoios necessários fez com que parte das peças seja resultado de trabalhos já realizados e apresentados publicamente em Portugal, ou de trabalhos em curso à data dos convites. A coerência interna e global parece garantida e é assim justificada por João Fernandes: "Os artistas apresentados utilizam como suporte dos seus projectos diferentes tradições formais como a fotografia, a escultura ou o bordado, não se relacionando todavia com alguma particular especificidade destes processos. Os pontos de chegada e de partida de cada obra multiplicam-se pelas referências que nela se cruzam, provenientes quer de outros contextos artísticos, quer de evocações do quotidiano que por ela surgem transfiguradas."

Há uma evidente mas não ilustrativa relação dos trabalhos fotográficos de Luís Campos (três

trípticos da sua recente exposição "Transurbana") e o núcleo das temáticas em causa: personagens isolados são colocados em posições centrais de vastas e agressivas paisagens suburbanas. As peças de Angela Ferreira exigem uma leitura mais complexa, porventura sujeita a um conhecimento concreto da referência tomada (os frescos relativos à emigração, da autoria de Almada Negreiros e colocados na Gare Marítima de Alcântara), embora remeta também para modelos internacionais (como os da escultura de Carl Andre): são esculturas que estiveram presentes na colectiva "Depois de Amanhã" e que partem de citações/transformações de escala, material e sentido de elementos isolados do fresco referido. As fotos de Roger Meintjes são as que mais próximo se situam da condição de coincidência com o objecto — porque remetem imediatamente para os temas "África" ou "Colonização": são fotos de frascos-amostra de produtos coloniais portugueses e uma colagem de postais do Lobito, que operam uma deslocação ao codificarem "imagens" já previamente codificadas.

Finalmente, Ana Jotta, parece ser a que apresenta obras mais capazes de integrar o segundo tema, o da "descolonização mental": são bordados realizados sobre uma composição de Mondrian, que evocando a condição sexual do trabalho manual feminino, se assumem porém como desenho e, ao mesmo tempo, como interrogação ou desconstrução de uma imagem do modernismo histórico, de um discurso evidentemente central e ocidental.

Quase 50 países de todos os continentes estarão presentes tendo muitos escolhido representações mistas de naturais do país e sul-africanos. A sua presença nesta bienal, para além de solidariedades regionais ou políticas prova as expectativas que a inicia-

tiva do mais poderoso país da zona pode desencadear numa época em que a arte é principalmente condicionada pela consciência do multiculturalismo, da miscigenação, dos cruzamentos de níveis de linguagem. Sendo agora essa realidade mais forte do que o aprofundamento de linguagens interior a cada disciplina ou a cada personalidade artística e aparecendo mesmo mais forte do que a própria desmontagem conceptual dos mecanismos das linguagens artísticas. Nas escolhas é possível ao lado de artistas locais de países sem visibilidade possível (do Suriname à Tailândia, das Ilhas Reunião ao Irão) encontrar nomes que ocupam lugares em todas as exposições internacionais que agora se alimentam das problemáticas citadas.

De Angola teremos António Ole, de Cuga, Kcho, de França (num comissariado de Jean Hubert Martin, actualmente com um projecto "Encontros Africanos", em Lisboa), estarão Sarkis, Lavier, Voutier ou Boltanski, da Alemanha, Stephan Balkenhol, de Moçambique, esculturas de Alberto Chissano, da Holanda, obras de Marlene Dumas, de Espanha (com comissariado de Octávio Zaia) vem a mais alargada representação estrangeira (embora 19 deles sejam sul-africanos) e os espanhóis Frederico Guzmán ou Lopez Cuenca. A África do Sul apresenta 19 iniciativas expositivas com evidente propósito de evitar situações discriminatórias em relação às múltiplas realidades, sensibilidades e níveis artísticos locais e regionais: "Outside/inside", "Cave wall to canvas", "The body politic", "Objects of defiance/spaces of contemplance", "Volatile Colonies", com uma escolha internacional (Orozco, Janine Antoni ou Kabakov), "Space/(dis)place", uma exposição fotográfica ("My Area") parecem poder conter as ideias mais interessantes. ■

Explosão de mina em Angola

PÚBLICO, 19.2.95

VINTE E DUAS PESSOAS, civis e militares, morreram ontem na província angolana do Moxico, quando um camião fez accionar uma mina antitanque no troço rodoviário entre Luena e Lumege Pinto. A Rádio Nacional de Angola anunciou que a explosão provocou ainda ferimentos graves em 14 pessoas, tendo-se verificado numa altura em que os passageiros do camião se deslocavam da capital provincial a Lumege Pinto, a cinco quilómetros, para procurarem alimentos. As Nações Unidas consideram que em todo o país existem porventura bem mais de 10 milhões de minas, cuja remoção ainda deverá demorar muito tempo. ■

Cabo Verde Nasceu um partido com vocação de poder

O PARTIDO da Convergência Democrática (PCD), que agrupa, entre outros, os dissidentes do Movimento para a Democracia (MpD), no Governo, foi formalmente constituído no domingo à noite, na Cidade da Praia. Depois de dois dias de trabalho, o ex-ministro da Justiça, Eurico Monteiro, foi confirmado na liderança desta nova força política, que nasce, segundo ele, com "vocação de poder".

Ao discursar em crioulo no encerramento do congresso, Monteiro evocou a secular resistência dos camponeses do seu país, que — apesar da incerteza das chuvas — todos os anos cultivam a terra na esperança de terem no fim uma boa colheita, o que raramente acontece, por motivos climáticos. Para ele, o PCD é o continuar da esperança de os cabo-verdianos poderem resolver os problemas do subdesenvolvimento, cujo principal reflexo ainda é o desemprego que afecta, em Cabo Verde, mais de 80 por cento da população. "Esta é a nossa sementeira", sublinhou Eurico Monteiro.

O PCD, ainda de acordo com as suas palavras, é também o resgatar de um conjunto de valores que em 1990 catalisaram os cabo-verdianos contra o

antigo partido único PAICV, entre eles a competência e a honestidade. "Temos o direito de tentar procurar o nosso caminho e o direito de procurar a nossa felicidade", disse Monteiro, ao lembrar como tais palavras ficaram desgastadas com os quatro anos de governação do MpD, partido em que ele alguns dos seus companheiros ajudaram a fundar e a dirigir, até se incompatibilizarem, em 1993, com o grupo do primeiro-ministro Carlos Veiga.

Para além de Eurico Monteiro, encabeçam o PCD cabo-verdiano o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Jorge Carlos Fonseca, e outros destacados antigos governantes ou dirigentes do MpD, como são os casos do ex-secretário de Estado da Marinha e dos Portos, António Maurício dos Santos, Daniel Lobo e Jorge Figueiredo.

Definindo-se como um partido do centro, o PCD foi dotado com um programa político que prevê a abertura da economia cabo-verdiana, sem contudo perfilhar as teses do neoliberalismo. Outro aspecto saliente é o papel que parece caber aos cidadãos no sistema político defendido pelo novo partido cabo-verdiano. É assim que, para além de defender um sistema eleitoral misto, este novo parti-

do manifesta-se a favor da possibilidade de grupos de cidadãos poderem participar nas eleições legislativas ou ainda de apenas eles poderem concorrer às eleições autárquicas.

Ainda em relação ao sistema constitucional, o PCD advoga uma revisão constitucional, de modo a permitir a adopção por Cabo Verde de um regime semi-presidencialista, no qual o chefe de Estado passaria a ter um papel menos decorativo do que no actual. Uma das suas novas competências passaria, por exemplo, a ser a possibilidade de poder dissolver o Parlamento, em caso de crise institucional grave.

Eleições em S. Vicente

Entretanto, enquanto no Mindelo (ilha de S. Vicente) tudo se encontra a postos para as eleições intercalares de uma nova Câmara Municipal, no dia 5 de Março, na capital cabo-verdiana a situação política apresenta-se relativamente confusa. Na sequência, há 15 dias, da apresentação da renúncia de 10 deputados do PAICV à Assembleia Municipal da Praia, num colectivo de 21, o Governo convocou eleições intercalares para este ór-

gão, o que deve ocorrer no máximo de 90 dias.

A atitude governamental surpreendeu o PAICV e os observadores locais, uma vez que a lei das autarquias fazia crer que a renúncia dos 10 deputados conduziria obrigatoriamente à convocação de eleições antecipadas tanto para a Câmara como para a Assembleia Municipal. Além de ter prometido recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça, que possui competência em matéria da salvaguarda da Constituição, o PAICV já anunciou que não irá participar no que chamou de "farsa" eleitoral, caso o Governo mantenha a decisão.

Por sua vez, ao discursar no encerramento do congresso constitutivo do PCD, Eurico Monteiro garantiu que o seu partido está disposto e pronto a participar em qualquer disputa eleitoral, mas só desde que a mesma decorra conforme o previsto na lei. Aquele dirigente, que, sobre este assunto, prometeu uma posição definitiva para uma posterior altura, já deu a entender que não concorda com a solução encontrada pelo Governo, e considerou mesmo "chacota" as intercalares da Praia.

Em S. Vicente, prossegue a todo o vapor a campanha eleitoral para a conquista da Câmara Municipal. E, no calor da luta, parece confirmar-se a previsão de que o duelo será essencialmente entre o presidente cessante, Onésimo Silveira, independente das principais forças políticas, e o candidato do MpD, António Jorge Delgado. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

A democracia saiu reforçada

Compartilhar esta data, agora três vezes histórica, com o MpD releva também a importância que o novo partido atribuiu à organização de Carlos Veiga — o MpD está no contro das preocupações do PCD. É o seu alvo número um, que não seja pelo simples facto de ser o partido do Governo. Se o surgimento do PCD representa um certo incómodo para o MpD, nasceu a 19 de Fevereiro é já uma verdadeira afronta para o partido de Carlos Veiga que, doravante, é obrigado a compartilhar essa data com o seu antigo adversário. Aliás, o discurso de Eurico Monteiro no primeiro dia do Congresso dissipou qualquer dúvida a respeito.

Cinco anos depois de Pedro Pires ter anunciado a abertura da via para a institucionalização de um regime pluripartidário, e por razões que tentam a ver com a própria evolução do quadro partidário cabo-verdiano, eis que surge um novo partido para consolidar aquela via e, na prática, dar corpo maior à ideia que está na base e é essência do pluralismo iniciado precisamente no dia 19 de Fevereiro de há cinco anos. Isto significa tão-somente que o PCD vem reforçar a democracia cabo-verdiana, para já porque representa a mais séria proposta de acabar com a impermente bipolarização da nossa política.

Se a data escolhida por Eurico Monteiro e seus pares para a constituição do partido resultar incómodo para o MpD, já para o PAICV e, em particular, para Pedro Pires a escolha não podia ser melhor tendo em conta o que ela representa para o imaginário do partido da estrela negra. Ou seja, é o nascimento do regime pluralista em Cabo Verde e não 13 de Janeiro, conforme advoga o MpD.

Do Congresso Constitutivo do PCD resultam duas lições. A primeira, para mim esperada, é a confirmação da linha de pensamento e de ideologia de Eurico Monteiro e companheiros,

de uma preocupação acentuada e genuína com os aspectos sociais do desenvolvimento económico de Cabo Verde. Desse modo, e apesar de todas as deslocações e mudanças operadas a nível individual e no campo ideológico, como sobrevivência daquela cosca revolucionária de há 20 anos, o PCD chama a si uma política de justiça social, um protagonismo político mais voltado para a solidariedade social, para a debelação das consequências do projecto económico que o país adoptou, uma postura incompatível com o excessivo liberalismo atribuído ou assumido pelo MpD. A outra face desta política e confirmada por Eurico Monteiro no Congresso do PCD é a sua postura de maior austeridade na gestão da coisa pública.

A segunda lição, e reputo isso de importante, é o facto de terem sido eleitas para os órgãos dirigentes do PCD, pessoas que noutras circunstâncias, e apesar da apatência e ambição naturais, nunca saíram do anonimato político para se projectarem como políticos, a priori, de carácter nacional. Enfim, pessoas que não tinham estofos para, no quadro de um partido só, se alocandorem aos lugares cimeiros, estavam condenadas a "jogarem" apenas na terceira, quarta ou quinta linha, nem na reserva tinham lugar.

Não preciso citar nomes para o caso de ex-militantes do PAICV, a lista do Conselho Nacional do PCD está aí (ver a página 12). Mas, para além de esse, de igual modo importantes para a minha tese, há outras pessoas, como, por exemplo, um Victor Manuel Nunes Lobo (Tó) ou um Luís Cabral Correia (Cacé "Boxeur"), um Flávio Delgado ou um José Barbosa que dificilmente num regime de partido único chegariam aonde chegaram.

O que estou a defender com isto? Só para dizer que a democracia dá oportunidades a muita gente e, sobretudo, para alçar para um facto

ignorado por muitas pessoas: não há tração — nem entre aspas — dos ex-militantes do PAICV e por duas ordens de razão.

A primeira é que, tendo os militantes políticos ambições de subir na política, ser dirigentes do dimensão nacional, ambição natural para quem enveredou pela acção política, e não havendo a possibilidade, com boratada pela prática, de conseguir os seus objectivos dentro do PAICV, é natural que optem por militar noutra entidade onde têm essa possibilidade. Desde que não sejam movidos apenas por esta razão, porque seria oportunismo puro, não constitui problema nenhum transferir-se para outro partido onde as ambições de cada um sejam satisfeitas.

A segunda é que com a democracia pluralista e o consequente surgimento de novas forças políticas, o PAICV deixou de ser um movimento no poder, uma frente capaz de aglutinar no seu seio pessoas de distintas origens ideológicas, desde liberais-conservadores até marxistas e outros ismos da Esquerda. Com a democracia dá-se uma reorganização do quadro político, o panorama político oferece um naipe de organizações com a sua configuração ideológica distinta e que permite novas opções. Aliás, o próprio PAICV virou social-democrata, dando a oportunidade de todos os que conungam desse ideal a ele se reunir. Portanto, se um revolucionário empedernido ou um neo-liberal deixar o PAICV para militar num outro partido mais conservador ou mais próximo do seu ideal político, não há tração — é um gesto normal que a democracia e o surgimento de novos partidos proporcionam. E o facto de no Conselho Nacional do PCD estarem pessoas que deixaram de militar no PAICV, onde — é de se ressaltar isso — muito dificilmente possuiriam de dirigentes de terceira linha, dá substância a esta tese. Quem não percebeu isso, não entendeu ainda os meandros da democracia.

Fernando Monteiro

Instituto independente da África Austral lembra ataques a jornalistas

PÚBLICO, 25.2.95

A imprensa "amordaçada" de Angola

Rui Cardoso Martins

A imprensa em Angola continua "amordaçada" tanto pelo governo do MPLA e pelos militares como nas áreas controladas pela UNITA. Três meses após a assinatura dos acordos de paz de Lusaca, o MISA, instituto que promove a liberdade de imprensa na África Austral, recorda dois anos de pressões e violências políticas que culminaram no assassinio de Ricardo de Mello.

A morte do jornalista angolano Ricardo de Mello, director do "ImparcialFax", assassinado a tiro por desconhecidos na madrugada de 18 de Janeiro deste ano, em Luanda, foi apenas o mais dramático capítulo da escalada de ameaças e violências políticas contra os jornalistas e a liberdade de imprensa em Angola, desde o recomeço da guerra civil.

Uma investigação e um relatório do MISA (Media Institute of Southern Africa), Organização Não-Governamental e independente que promove a liberdade de imprensa na África Austral, com sede na Namíbia, põe em destaque duas dezenas de casos em que, diz, se torna patente que "em Angola, tanto a imprensa como os media electrónicos estão efectivamente amordaçados pelo partido no poder e pelo Governo." O relatório, uma actualização do texto de três "experimentados jornalistas da África Austral", enviados a Angola em Dezembro de 1993 para "avaliar o impacto

da guerra civil" na imprensa do país, assegura também que, três meses depois dos acordos de paz de Lusaca, as "áreas controladas pela UNITA estão sujeitas a um controlo similar, senão pior."

A extensa lista do MISA, que inclui ameaças de morte aos correspondentes da imprensa estrangeira — a "única porta aberta para uma cobertura imparcial e crítica sobre os acontecimentos no país" —, põe em destaque vários abusos, os que não se perderam "no fumo, no secretismo e na anarquia que esconde Angola do exterior há muito tempo."

Iniciativas da Igreja

Os únicos pontos positivos realçados pelo MISA são o aparecimento em 1994 de algumas publicações privadas "relativamente destemidas" e alguns sinais de que "sectores liberais do Governo e do partido dirigente podem estar interessados em suavizar a sua atitude". E os projectos da Igreja Católica, que planeia lançar um semanário e uma rádio e "continua a fazer campanha pelos direitos humanos, incluindo a liberdade de imprensa."

Em Dezembro de 1993, lembra o MISA, o jornalista angolano Gustavo Costa "recebeu ameaças de morte na sequência de trabalhos enviados para a BBC sobre a corrupção governamental." Um mês depois, começou a "campanha orquestrada contra angolanos que trabalham para os media estrangeiros". A rádio estatal, em dois editoriais, criticava o seu trabalho e apelava para que todos fossem "patriotas" e não cobrissem "assuntos considerados como ameaça à segurança nacional."

A 21 de Janeiro de 1994, o PÚBLICO divulgava as

ameaças de morte feitas ao seu correspondente em Luanda, Aguiar dos Santos, as quais tinham começado com a publicação, a 30 de Dezembro, de um artigo em que se acusavam três ministros de corrupção.

No fim de Abril, dias depois de um relatório da Associação dos Direitos Humanos de Angola (ADHA) sobre as condições nas cadeias de Luanda, o seu presidente — o jornalista e activista dos direitos humanos, William Tonet — foi preso e acusado de violar uma jovem de 16 anos. Outro jornalista e membro da ADHA, Lourenço Adão Agostinho, foi também preso e acusado de desvio de fundos. William Tonet, recordamos, provou por relatório médico que se encontrava temporariamente impotente devido a doença. O processo continua pendente. O jornalista, em Junho de 1994, foi impedido de se deslocar à Guiné-Bissau como observador das eleições. Lourenço Agostinho foi condenado a dois anos de prisão.

Cabinda e a FLEC

Em Maio, foi a vez de João Mavinga, correspondente em Cabinda do diário "Jornal de Angola" ser interrogado pela polícia por ter escrito sobre uma rádio ligada à FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda). O repórter Francisco Fino e uma operador de câmara, ambos da televisão estatal TPA entrevistaram-no. "No dia seguinte, 7 de Maio, a polícia invadiu o domicílio de Fino, agredindo este e o operador de câmara", partindo o aparelho, lembra o MISA.

A 19 desse mês, a polícia interrogava o editor do "ImparcialFax", Leopoldo Baio, pretendo descobrir as fontes

de uma história expondo o envolvimento da polícia em furtos de carros. Baio recusou, o mesmo fazendo o director da publicação, Ricardo de Mello.

Os casos continuaram. O MISA declara que "algumas fontes revelaram que o primeiro-ministro, Marcolino Moco, queria a demissão dos directores da TPA e do 'Jornal de Angola' por terem entrevistado o economista José Cerqueira que criticou a política económica do Governo e os programas do FMI e Banco Mundial."

A 12 de Junho, o correspondente da BBC e da IPS, Chris Simpson, foi detido durante quase uma semana por ter entrado numa prisão em Luanda para entrevistar "sul-africanos acusados de tráfico". Nesse mesmo mês, Artur Gilela, técnico de som da Rádio Nacional Angolana, foi morto por um estilhaço de bomba no Cuíto, durante o cerco da UNITA.

Mas o grande caso, e com repercussão internacional, foi o assassinio de Ricardo de Mello, morto a tiro nas escadas do seu prédio em Luanda. Os documentos e o dinheiro de Mello, que divulgara "detalhes de documentos militares sobre uma campanha de acção psicológica", e recebera já várias ameaças, continuaram nos bolsos. "Mello estava bem conectado com o MPLA, mas o jornalismo do ImparcialFax tornou-se impopular entre os da linha dura do partido, da polícia e dos militares." O MISA cita a viúva, Armanda Mateus: "É claro que se trata de crime político."

O relatório do MISA põe em evidência o agravamento da situação dos profissionais da Comunicação Social num país onde a guerra civil e a rivalidade mortal entre os dois principais contendores está a tornar o seu trabalho cada vez mais difícil. ■

FAÇA JÁ SUA ASSINATURA DE

ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS

LIGUE 531-2000 RAMAL 259

Notícias Africanas

Beye continua otimista após conferência internacional de doadores para Angola

171 milhões em promessas

PÚBLICO, 25.2.95

Pereira Martins,
em Genebra

Muitos angolanos já não acreditam em nada, depois de tudo aquilo a que assistiram nos últimos anos. Mas o representante local do secretário-geral das Nações Unidas continua a ser um grande otimista, tanto no que diz respeito ao apoio humanitário como à perpetuação da paz. Em Genebra, as promessas de doadores chegaram aos 171 milhões de dólares.

O apelo em favor de Angola foi ouvido em Genebra, na conferência internacional de doadores. Em apenas um dia, com as contribuições anunciadas de dez países, mais as de outros que confirmaram ajudar os angolanos com um total não inferior ao do ano passado, como é o caso dos EUA, já se chegou a um total de 171 milhões de dólares em promessas; ou seja, cerca de 80 por cento do orçamento apresentado pelo maliano Alioune Blondin Beye, representante em Luanda do secretário-geral da ONU.

No seu encontro de ontem com a imprensa, Blondin Beye desmentiu algumas especulações de que o comando dos capacetes azuis na nova Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem III) seria entregue a Portugal, assunto que considerou uma tentativa de "relançar o contencioso" entre a UNITA e o executivo português.

O substituto de Margaret Anstee informou também que seis países enviarão regimentos de mil soldados, entre eles o Brasil. E recordou estar programado um encontro de Jonas Savimbi com José Eduardo dos Santos, cuja autoridade é reconhecida pelo líder da UNITA, mas negou-se a divulgar a data, por considerar que isso seria ainda prematuro.

Vai evitar-se que os perto de 90 mil soldados a desmobilizar fiquem sem trabalho; e para dois mil (uma porção ínfima) já existe a possibilidade de entrarem na escola de desminagem e se tornarem os especialistas necessários ao país, para desactivar os 12 milhões de minas espalhadas pelo território, não só pela UNITA e pelo MPLA, como pela SWAPO, pelos cubanos e pela África do Sul da época do "apartheid". (Ver caixa em baixo).

Manuel Aranda da Silva, da Unidade de Coordenação da Assistência Humanitária das Nações Unidas, desmentiu a existência de divergências entre a UNITA e o Governo quanto ao fornecimento dos mapas de localização das minas, e informou já ter recebido mapas fornecidos pela SWAPO e pela África do Sul. Entretanto, disse, uma boa parte das minas foi colocada sem a existência de mapas e essas darão mais trabalho para serem localizadas e desactivadas.

Dúvida e temor

Ladeado pelo ministro angolano da Assistência Humanitária, Albino Malongo, pelo representante da UNITA em Genebra, João Vahekeny, e por outras entidades, o representante do secretário-geral da ONU, Alioune Blondin Beye, manteve ao fim da manhã de ontem uma longa conversa com a imprensa, cuja nota foi o seu optimismo quanto ao êxito do Protocolo de Lusaca. No entanto, alguns jornalistas angolanos presentes tiveram o cuidado de sublinhar que no seu país ainda existem uma certa dúvida e temor, em vista do fracasso de outras tentativas de paz.

Blondin Beye considera por isso importante o próximo encontro entre Savimbi e dos Santos, para que "ambos discutam os problemas políticos do país, que, por não serem jurídicos, não podiam ser solucionados pelo acordo". Mas a verdade é que a data desse encontro está a ser aguardada desde que no fim de Outubro do ano passado se rubricou o protocolo.

Entre os países que já anunciaram as suas contribuições, com números exactos, para ajudar na assistên-

cia humanitária, desminagem, desmobilização e reintegração em Angola, Blondin citou a Itália, a Holanda, a Dinamarca, a Alemanha, a Noruega, Portugal, a Espanha, a Suécia, o Reino Unido e a Suíça, num total de dez. Além dos que vão manter, no mínimo, as ajudas passadas, existem países, também engajados em ajudar Angola, que enviarão missões de avaliação para fixar o tipo de ajuda e o total destinado.

Tal como o Brasil, enviarão regimentos de mil homens para o contingente de capacetes azuis da Unavem III o Uruguai, a Índia, o Paquistão, o Zimbabwe e a Ro-

ménia. Outros mil homens farão parte de uma companhia de transmissões de Portugal, de uma companhia de logística da Grã-Bretanha, de uma unidade naval da Argentina e de um Hospital Militar, também da Roménia. Irão ainda para Angola 600 observadores de todo o mundo.

Ao desmentir que seja dado a Portugal o comando das forças da ONU, Blondin Beye afirmou que essa função será anunciada pelo secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali, na altura em que se formar o contingente. Quanto ao trabalho de desminagem, será sempre

Continua na pág. 9

Comentário

Jorge Heitor

Contrastes

PÚBLICO, 25.2.95

NUMA altura em que Angola acaba de receber numerosas promessas numa conferência internacional de doadores efectuada em Genebra, e em que a comunidade internacional se mostra menos pródiga em relação a Moçambique, uma das primeiras coisas a ter em conta é a existência de profundos contrastes entre um e outro desses países, pese o facto de ambos terem sido colónias portuguesas.

Se Angola é rica em petróleo e em diamantes, Moçambique apenas se pode vangloriar de uma ainda bastante subaproveitada Central Hidroelétrica de Cabora Bassa e das linhas de caminho de ferro que em princípio deveriam facilitar o comércio do Malawi, do Zimbabwe e, numa pequena parte, da África do Sul.

Se Angola tem as portas abertas ao Atlântico e mantém desde há séculos uma relação privilegiada com o Brasil, Moçambique é decididamente um país do Índico, com fortes laços a diversos territórios que em tempos constituíram o Império Britânico, tanto na África como na Ásia.

É, pois, bastante arriscado generalizar e querer acompanhar em conjunto o que se pas-

sa nas chamadas parcelas lusófonas da África Austral, pois cada uma delas é já em si um complexo caldeirão de culturas, quanto mais a soma de ambas. Por isso, a fragilidade de que se revestiu a concretização dos acordos de Bicesse, concluídos em 1991, não se repetiu automaticamente em nenhum descarrilamento do Acordo Geral de Roma, de 1992, para a paz em Moçambique; e a sobrevivência deste, até à data, também não garante por completo a total aplicação do Protocolo de Lusaca, até finais de 1996.

Reunido em Genebra, o mundo industrializado, que nem sempre tem sido verdadeiramente altruísta para com os países pobres da África, Caraíbas e Pacífico, não foi parco em promessas quanto à assistência humanitária a Angola; mas resta ainda ver se todas estas promessas se irão mesmo concretizar. E, mesmo que o sejam, se as carências não se revelarão ainda muito superiores ao que hoje em dia se imagina.

Por outro lado, poder-se-á sempre comentar, com um certo cinismo, que algumas das potências que vão ajudar os angolanos sabem muito bem que no país em socorro do qual correm existem o petróleo de Cabinda e do Soyo, os diamantes das Lundas e outras riquezas ainda praticamente desconhecidas, à espera de quem as saiba devidamente explorar. ■

Novo embaixador sul-africano Lisboa nega veto

"É PURA especulação" o alegado veto do Governo português à nomeação do conservador Tom Langley como embaixador da África do Sul em Lisboa. Segundo fontes diplomáticas portuguesas citadas pela agência Lusa, ainda não terá sido dada resposta a pedido de "agrément" ao nome avançado por Pretória para substituir o actual embaixador Pieter Swanepoel. Ainda não foi dado "eco" às pretensões

PÚBLICO, 21.2.95

sul-africanas, garantiram as mesmas fontes.

No domingo, o jornal africano "Rapport" anunciava na sua primeira página que Langley, líder da Frente Nacional, teria sido vetado por Lisboa devido ao seu perfil "muito conservador", o que iria contra a pretensão portuguesa de se distanciar do estigma racial que, segundo o jornal, estaria associado ao país devido ao seu pas-

sado colonial. A imprensa sul-africana tem-se desmultiplicado em especulações sobre este "distúrbio diplomático", como lhe chamava o diário "Business Day". Segundo este jornal, "a convenção diplomática internacional dita que países estrangeiros não podem rejeitar a nomeação de um embaixador para o seu país, com base na sua persuasão política".

O "desconforto" pela nomeação de Langley é admitido nos círculos diplomáticos portugueses, mas, neste caso, não é uso dos governos vetar ostensivamente um nome indicado, optando-se antes por uma es-

tratégia mais "diplomática" para dar a entender ao país proponente o desagrado pela escolha feita. Segundo responsáveis das duas diplomacias, citados pela Lusa, o debate público destas matérias reduz a margem de manobra de ambos os governos em defesa dos seus interesses, arriscando-se a que sejam feridos os procedimentos diplomáticos internacionais. ■

Angola atrasada

PÚBLICO, 25.2.95

A COMISSÃO Conjunta para a aplicação do Protocolo de Lusaca criou ontem em Luanda uma comissão "ad hoc" para avaliação dos diversos incidentes que vão surgindo em Angola. Mais de três meses passados sobre a assinatura formal do documento, a paz continua a ser precária, muito em particular na província do Uíje, onde a UNITA afirma que no dia 20 foi atacada pelas tropas governamentais, quando se encontrava em reunião com o chefe da missão militar das Nações Unidas destacada no país, o general nigeriano Chris Garuba. A verificação e fiscalização das áreas desocupadas pelas forças militares da UNITA e pelas do Governo não está a ser fácil, porque ainda não houve um suficiente reforço do pessoal da ONU, tanto dos observadores militares como das forças armadas de manutenção da paz, vulgo capacetes azuis. ■

Continuação da pág. anterior

171 milhões em promessas

voluntário, "não se poderá obrigar ninguém a fazer um serviço que não queira".

Uma África diferente

Ao falar do encontro mantido na quinta-feira à noite com autoridades suíças, em Berna, Beye elogiou a acção do Comité Internacional da Cruz Vermelha e as "eficazes ONG suíças" e aproveitou para anunciar a decisão do Governo suíço de doar 850 mil dólares para os trabalhos da UNICEF em Angola.

Ao procurar justificar o seu optimismo, Beye afirmou que, "antes do 20 de Novembro [do ano passado], havia a guerra em Angola, com mil mortes diárias, con-

seqüências directas ou indirectas da guerra. A realidade hoje é diferente, como é diferente a África, onde há algum tempo Nelson Mandela estava preso e agora é Presidente da África do Sul".

"Se para outros países a situação evoluiu, por que não iria evoluir para Angola?", perguntou Blondin Beye.

Quanto às despesas com os capacetes azuis, o diplomata do Mali afirmou que "será de 400 milhões de dólares por ano, um orçamento que não tem nada a ver com a acção humanitária e cujo total será pago pela comunidade internacional, conforme repartição decidida pela Assembleia Geral da ONU".

Por último, Beye infor-

mou que Angola também entrou com uma contribuição. Cedeu dois helicópteros para os trabalhos da ONU e os alojamentos para os capacetes azuis e pessoal civil, em seis regiões do país. A gasolina para a ONU será vendida com um desconto de 30 por cento em relação ao preço que é habitualmente praticado no mercado.

Entretanto, tudo o que vier a ser feito terá como pano de fundo os 450 mil angolanos que de 1961 para cá morreram em acções militares, os 70 mil estropiados por minas e os mais de três milhões que estão a viver fora do seu lar tradicional — 280 mil deles refugiados nos países vizinhos e mais de 850 mil em Luanda, a capital. ■

Desminar é preciso

PÚBLICO — No seu entender, a questão da desminagem é essencial?

ALIOUNE BLONDIN BEYE — Ela é capital, em consequência da sua amplitude. Angola, depois do Afeganistão, é o país mais minado do planeta. Existem 10 a 12 milhões de minas que têm de ser desactivadas rapidamente, se quisermos que os camponeses possam ir para o campo, que as pessoas sejam menos feridas e que a livre circulação se torne uma realidade.

P — Mas, mesmo que a UNITA e o Governo colaborem, isso vai levar algum tempo...

R — Vai levar anos. No entanto, existem áreas prioritárias. A região onde ficará instalado o contingente das Nações Unidas terá de ser desminada imediatamente, assim como as estradas pelas quais terão de passar os capacetes azuis. Sem esquecer que é necessário a população retomar normalmente as suas actividades sem riscos.

P — Está optimista quanto à concretização das promessas dos países doadores?

R — Perfeitamente. Angola suscita um grande interesse, principalmente quando os governos perceberem que a paz já chegou.

P — A paz é uma condição?

R — Obrigatória. As pessoas só aceitam ajudar os que o merecem. E os angolanos enveredaram decididamente pelo processo de paz, suscitando o interesse de todos.

P — Acha que o orçamento básico de 213 milhões de dólares para três programas de assistência humanitária a Angola, este ano, será coberto pelos países doadores?

R — O total das necessidades será coberto pelos diferentes mecanismos de cada doador. Vão começar a decidir-se nas próximas semanas e meses e alguns países já anunciaram o envio de missões de avaliação.

P — Os Estados Unidos falaram em 100 milhões de dólares...

R — Estou certo de que irão além disso. ■

Pereira Martins

PÚBLICO, 25.2.95

África do Sul em crise

NÃO SE PREVÊ para os dias mais próximos uma solução da crise desencadeada na África do Sul pelo ministro do Interior, Mangosuthu Buthelezi, ao retirar da Assembleia Constituinte os senadores e deputados do partido Inkatha, como forma de protesto contra a lentidão do debate constitucional referente à província do Kwa-zulu/Natal, de maioria étnica zulu. Buthelezi pretende uma mediação internacional para que aquela província goze de mais autonomia do que as restantes oito, baseando-se para isso na existência ali de um reino histórico; e recorda ter sido apenas nessa condição que o ano passado aceitou que o Inkatha fosse às urnas, nas primeiras eleições abertas a todos os sul-africanos. ■

Credores põem condições a Moçambique

Mais pluralismo

PÚBLICO, 25.2.95

MISSÕES DO Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluíram esta semana em Maputo encontros preparatórios da próxima reunião do Clube de Paris, onde o Governo moçambicano vai apresentar uma proposta de Orçamento Geral do Estado que os deputados ainda não viram.

Representantes do Governo e altos funcionários do Banco Mundial estiveram reunidos durante dois dias para avaliar o andamento das 24 operações financiadas por aquela instituição em Moçambique. Na reunião foram analisados 22 projectos e dois créditos de reajustamento, totalizando mil e trezentos milhões de dólares, e foi elaborado um plano de acção até Junho, data em que o Banco Mundial decidirá o futuro das suas operações no país. Os peritos debateram a proposta do Orçamento Geral de Estado para 1995, discutiram a criação de um programa de alívio à pobreza e analisaram a questão da transparência nos gastos públicos.

A semelhança do sucedido com uma missão do FMI que concluiu segunda-feira uma ronda de conversações similar, os peritos do Banco Mundial terão mostrado uma posição de firmeza perante o executivo moçambicano. As duas instituições fizeram saber às autorida-

des que os doadores irão apresentar uma série de condições para prosseguirem o auxílio à reconstrução do país.

Entre estas, situa-se prioritariamente a questão da transparência na gestão de fundos pelo Governo, intimamente ligada à delicada problemática da luta anti-corrupção.

Apesar do secretismo em volta das conversações, sabe-se que o FMI colocou peremptoriamente duas exigências ao executivo de Maputo: um corte de dois terços no orçamento da Defesa no OGE de 1995 e a privatização imediata da Rádio Moçambique e do canal televisivo estatal TVM.

Relativamente à primeira exigência, o ministro do Plano e Finanças, Tomás Salomão, anunciou no passado fim-de-semana um corte de 50 por cento nas despesas salariais do novo exército e uma diminuição de 35 por cento nos gastos materiais, mas não é claro se isso satisfará inteiramente o Clube de Paris.

A comunidade doadora pretende também mais participação da oposição no Governo, medida prometida por Chissano antes das eleições mas caída no esquecimento após a vitória da Frelimo.

Durante a Conferência Nacional da Renamo recentemente realizada, Afonso Dhlakama revelou que tinha enviado uma

carta à Assembleia da República solicitando uma sessão parlamentar antes da reunião do Clube de Paris, em princípio marcada para o próximo dia 13. O líder da Renamo pretende que o Governo submeta ao parlamento a sua proposta orçamental antes de a apresentar ao Clube de Paris, mas o executivo já deu a conhecer a sua indisponibilidade para tal.

A Comissão Permanente da AR respondeu, segunda-feira, pela negativa a Dhlakama, mas não adiantou qualquer razão, precisando que a sessão parlamentar apenas terá início a 21 de Março.

O diário pró-governamental "Notícias" reconheceu, na quarta-feira, que, à luz da decisão da Comissão Permanente da AR, "os doadores estrangeiros vão conhecer o OGE para 1995 antes dos deputados moçambicanos".

Resta saber, contudo, se a comunidade internacional estará disposta a continuar a abrir a bolsa nestas condições. Uma fonte do Ministério português dos Negócios Estrangeiros já demonstrou o seu "descontentamento com a conduta do executivo de Maputo, tanto a nível de ausência de pluralismo político como a nível de definição de prioridades orçamentais". ■

José Pinto de Sá,
em Maputo

sério?", perguntou à Reuter o general Garuba, segundo o qual não é assim que vão ser colocados em Angola os capacetes azuis prometidos pelo Conselho de Segurança (Ver caixa abaixo).

Armados até aos dentes

A verdade é que, entre um e outro lado, há hoje em dia em Angola, a acreditar em fontes de Luanda, mais de 200 mil homens armados, já para não falar das armas em poder da polícia e de particulares; e que os acordos de Bicesse só previam umas Forças Armadas de 50 mil elementos, a constituir praticamente em partes iguais por pessoal do MPLA e da UNITA.

Mesmo que 90 mil soldados venham a ser desmobilizados, de um e outro lado, ao longo dos próximos dois anos, o país ainda poderá chegar a 1997 com umas Forças Armadas unificadas de quase 150 mil homens, como é aparentemente a ideia do Chefe do Estado-Maior governamental, general João de Matos. Ou seja, o triplo do que há três anos se procurou concretizar, antes das eleições gerais.

Ontem, o governador da província da Huíla, Dumilde Rangel, atribuiu ao principal partido da oposição a ideia de raptar adolescentes em diversos municípios e de lhes dar uma instrução militar básica, a fim de os apresentar depois aos observadores da ONU como os seus combatentes, enquanto os homens mais experimentados da UNITA passariam à clandestinidade.

Combatentes e material de guerra do Galo Negro seriam escondidos nas florestas do município de Chipindo, no norte da província da Huíla, já perto da do Huambo, alegou a mesma fonte.

Na véspera, o comandante da frente nordeste das Forças Armadas Angolanas (FAA), general Agostinho Sanjar, dissera que as tropas adversárias andavam a enterrar grande quantidade de armamento, a fim de o subtrair ao controlo dos observadores das Nações Unidas; e que chegariam ao ponto de fuzilar em seguida os civis que as ajudavam a esconder as armas.

Segundo Sanjar, tais esconderijos existiriam nomeadamente nas províncias do Kwanza-Sul e de Malanje, que fazem a transição entre o litoral e as Lundas, regiões ricas em diamantes, já na fronteira com o Zaire.

Comandante militar das Nações Unidas em Angola mostra-se impaciente com a UNITA

Entre a paz e a guerra

PÚBLICO, 26.2.95

Jorge Heitor*

Denúncias e acções de propaganda psicológica continuaram durante este fim-de-semana a fazer com que Angola riva, ainda, tempos de grande tensão, quase 100 dias já passados sobre a assinatura formal do Protocolo de Lusaca. O Governo insiste em que a UNITA quer, de novo, ir para a guerra.

Numa acção em várias frentes, de Luanda à Huíla e do norte de Angola a Washington, o regime de José Eduardo dos Santos apontou nas últimas 48 horas o dedo à UNITA e disse que ela se está a preparar para mais uma guerra, depois das travadas de 1975 a 1991 e de 1992 a 1994.

Por outro lado, o general nigeriano Chris Garuba, que comanda a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem), declarou à agência Reuter que o partido de Jonas Savimbi não está a ser sério quanto ao

cumprimento do Protocolo de Lusaca, assinado na capital zambiana em 20 de Novembro do ano passado.

No dia 21 deste mês, o Chefe do Estado-Maior da UNITA, general Arlindo Chenda Isaac Pena, Ben-Ben, exigira que Garuba fosse "objectivo e imparcial na comunicação dos incidentes, não escamoteando os factos". E agora o comandante militar da ONU veio a público afirmar que o partido do Galo Negro ainda não demonstrou ter retirado as suas forças para um mínimo de 15 quilómetros a partir da cidade de Uíje, na província do mesmo nome.

"Quanto tempo mais é que a comunidade internacional terá de esperar até a UNITA decidir se está ou não a levar Lusaca a

Continua na pág. 12

A vida na nova capital da UNITA

Um lugar longe do mundo

José Eduardo Agualusa

No Bailundo, que Jonas Savimbi transformou na nova capital da "Angola profunda", a guerra é um rumor distante.

Vive-se à espera, mas ninguém sabe exactamente de quê.

Aos domingos dançam-se boleros nostálgicos com versos revolucionários.

É o retrato de um lugar longe do mundo.

A velha Pessinda Nesita conhece bem a estrada que liga Santa Esperança, a pequena aldeia onde reside, à vila do Bailundo. Todos os dias percorre a pé mais de sete quilómetros, primeiro de ida e depois de volta, para vender uma cestinha de bananas. Com o lucro obtido, pouco mais de 30 escudos, compra a farinha de milho para fazer o pirão de todos os dias.

Vive sozinha com um filho deficiente. "Fui mãe de oito filhos", diz, "quatro rapazes e quatro meninas, mas só esse ficou comigo." O filho pisou uma mina tradicional, uma otala, e tiveram de lhe amputar a perna.

Como as minas comuns (muito comuns nesta região do mundo), a otala é enterrada no chão e só se dá por ela quando já é demasiado tarde. Ao contrário das outras minas, porém, apenas atinge a pessoa para quem foi encomendada: "A perna incha, os ossos transformam-se em água, os olhos caem." A velha Pessinda garante ter mais medo da otala do que das minas clássicas.

Compramos-lhe um cacho de bananas, pequenas e muito doces, e ela bate as palmas junto ao peito, repetindo a fórmula de agradecimento tradicional no planalto: "Ndapandula."

O mercado do Bailundo é o lugar mais animado da vila. Tu-

do ali se vende, ou quase tudo — mangas, cogumelos secos, bolinhos de farinha de milho e banana (chamados "calife"), sal e azeite, cabritos e galinhas, mas também roupa, panos do Congo, fantásticas fechaduras artesanais.

A fruta é barata, mas a carne e o peixe seco podem atingir preços relativamente elevados. Um pernil de porco, por exemplo, vende-se por três milhões de kwanzas, perto de 800 escudos, enquanto um cabrito pequeno alcança os 20 milhões — cinco mil escudos. Comprar géneros alimentares em aldeias da região para os revender no Bailun-

Continua na pág. 13

Continuação da
pág. anterior

Entre a paz e a guerra

Quase ao mesmo tempo, um dos representantes do Governo na Comissão Conjunta (CC) que acompanha a aplicação do Protocolo de Lusaca, o general Higinio Carneiro, acusava a UNITA de estar a impedir a chegada a Angola dos capacetes azuis. E em Washington o embaixador angolano, José Patrício, chamava a atenção do Departamento de Estado para o que seria a gravidade das afirmações feitas em Luanda por um coronel dissidente do Galo Negro, Isaac Monteiro Zavarra.

Sexta-feira à tarde, na capital, durante uma hora, na presença de agentes da Segurança do Estado, o até então praticamente desconhecido coronel da UNITA fez algumas declarações

mirabolantes, como a de que Savimbi pretendia constituir agora um Exército de 100 mil homens, em grande parte baseado no apoio da infantaria iraquiana.

Partindo de alguns dados factuais, como o da operacionalidade das tropas de Savimbi nas zonas de Andulo e Bailundo, no Planalto Central de Angola, e o do descontentamento de grande parte da UNITA com a paz de Lusaca, o coronel mencionou todo um plano de guerra em que entram instrutores sul-africanos, conselheiros israelitas, personalidades belgas e marroquinas...

Segundo o alegado plano, que deixou no ar muitas desconfinanças de contra-informação,

Jonas Savimbi pretendia ocupar as Lundas, para com os seus diamantes pagar o apoio dos estrangeiros, reconquistar seguidamente as cidades de Malanje e Huambo e "asfixiar" por último Luanda com "bombardeamentos intensos".

Além do mais, retomou uma tese que desde há semanas fora posta a circular na capital: Ben-Ben já não seria mais o Chefe do Estado-Maior da UNITA, apesar de continuar a assinar comunicados como tal, tendo entretanto sido substituído pelo general Altino Bango Sapalalo, "Bock".

Verdadeiras ou não, estas declarações do coronel Zavarra demonstram bem, quer sejam tomadas à letra ou pelo reverso,

o quanto separa os dois grandes partidos da cena angolana, que já por alturas do 25 de Abril de 1974 se digladiavam e que parecem ainda muito longe de uma autêntica reconciliação nacional.

Cada um deles tem vindo quase sempre a dizer que a culpa é do outro e a rejeitar o papel de mau da fita, conforme ainda há poucos dias transparecia de afirmações feitas ao PÚBLICO pelo representante da UNITA em Genebra, João Vahekeny: "Queremos reciprocidade. Queremos assumir as nossas responsabilidades, mas não vamos aceitar o papel do mexilhão, que se liza quando a vaga passa". ■

*com Aguiar dos Santos, em Luanda, e Pereira Martins, em Genebra

O que diz o Conselho de Segurança

NO DIA 8 deste mês, o Conselho de Segurança das Nações Unidas manifestou-se "profundamente preocupado pelo atraso registado na implementação do Protocolo de Lusaca", sublinhou ser necessário que José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi se encontrassem "o mais breve possível" e autorizou que se preparasse a instalação em Angola de "forças de manutenção da paz".

No entanto, o Conselho teve o cuidado de dizer que o máximo de sete mil capace-

tes azuis previsto só se concretizará no terreno quando o secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali, tiver a convicção de que o cessar-fogo é efectivo e de que "mecanismos eficazes de controlo estão instalados".

Para além disso, o Conselho de Segurança decidiu que as unidades de infantaria a fornecer por diversos países só serão colocadas em diversas províncias angolanas depois do secretário-geral informar aquele órgão da ONU de

que existem todos os dados militares considerados necessários (incluindo, decerto, os mapas de minas de proveniência vária).

Noutro ponto da sua resolução 976/95, o Conselho teve o particular cuidado de reafirmar que todos os estados membros da organização devem aplicar integralmente disposições de 1993 segundo as quais é proibido tanto ao Governo de Angola como à UNITA adquirirem armas e outro material de guerra. ■

Um lugar longe do mundo

do é um negócio. Pode ser mesmo a única maneira de se conseguir algum dinheiro numa região onde o desemprego atinge a maioria da população jovem.

Joaquim Mendes, 25 anos, era estudante de Engenharia em Luanda. Em 1992, decidiu voltar ao planalto central para rever a família e participar nas primeiras eleições livres. A guerra cortou-lhe a vida ao meio. Abandonou o Huambo à frente das tropas do Governo e deixou-se ficar pelo Bailundo.

Sempre que consegue boleia no carro de um amigo, vai até Onduimbale, compra um cabrito e regressa: "Compro por cinco milhões e vendo-o depois por 20, ganho 15." O dinheiro que assim consegue sustenta-o até à próxima viagem: "Comemos pirão num dia e no outro batata com feijão."

Gostaria de voltar a estudar? Joaquim encolhe os ombros e é difícil compreender se está conformado ou se tem simplesmente receio de dizer alto tudo o que pensa: "Estou à espera."

Maria também está à espera. Gira no ar uma espécie de martelo em madeira, o pisador, e deixa-o cair sobre os grãos de milho à sua frente. Na "ohanda" — nome que no planalto se dá aos terreiros para pisar o milho —, as mulheres cantam marcando o

ritmo com o pisador. Maria canta com elas. Nada a distingue das restantes camponesas. No entanto, não é uma camponesa igual às outras.

Estudou na Missão do Tchilumbe e foi, "nos tempos", professora primária. A guerra? "Da guerra já nem falamos mais", diz com um sorriso cansado, "só estamos a falar da falta de chuva e do sofrimento da fome." Faz uma pequena pausa e pergunta: "Como é que está o mundo?"

É difícil saber. Uma semana no Bailundo é uma semana longe do mundo. Isolados entre altos morros verdes, os habitantes do planalto central recorrem à imaginação para ultrapassar as dificuldades do quotidiano que esse isolamento provoca.

Faltam as bicicletas? Reiventam-se a trotinete. Fabricadas em madeira, com as rodas protegidas por borracha, as trotinetes são utilizadas por toda a gente. É possível ver grandes e sólidos veículos destes, transportando lenha, enquanto ao lado passam as rápidas "trotetes" das crianças. Faltam pilhas? No mercado do Bailundo, um hábil comerciante zairense montou um mecanismo, movido a pedal, que permite recarregar todo o tipo de pilhas. Faltam cigarros? Não falta o tabaco tradicional, vendido em

apertados rolos, com um cheiro intenso a terra molhada.

Numa casa em ruínas, um enfermeiro e dois amigos montaram uma farmácia alternativa. Sentados em caixas de madeira, escutam as queixas dos doentes. Os medicamentos, vendidos comprimido a comprimido, vêm da Zâmbia ou do Zaire e custam caro. Mesmo assim, a farmácia tem melhor aspecto do que o hospital, duramente atingido pelos bombardeamentos da aviação governamental e onde os doentes dormem no chão, sobre lençóis imundos.

"As poucas camas de que dispúnhamos", lamenta uma enfermeira, "foram requisitadas para o Congresso da UNITA." Queixa-se também da falta de assistência da Cruz Vermelha e do facto de o Programa Alimentar Mundial não actuar nas zonas controladas pelo movimento do galo negro.

O que fazer no Bailundo quando não há nada para fazer? Os desempregados passeiam lentamente pelas ruas ou tro-

cam nas esquinas demoradas memórias da guerra. Aos fins-de-semana, é possível dançar no Cinema do Bailundo, um edifício romântico, que recorda o tempo em que ir ao cinema era um acontecimento social. O encerramento do VIII Congresso da UNITA serviu de pretexto para um grande baile, que juntou no velho edifício alguns milhares de pessoas.

A festa foi presidida pelo general António Dembo, podendo ver-se no recinto, vestindo à civil, todos os principais dirigentes do galo negro. O vocalista da orquestra Havemos de Voltar (título de um famoso poema de Agostinho Neto) cantou versos socialistas e revolucionários adaptados a nostálgicos boleros. Podia ser uma festa do MPLA em 1975.

Enquanto o público lhe enchia os bolsos de dinheiro, depois os mais mestiços de todos os ritmos que já aportaram a Angola, entre rumbas e merengues. Negritude, herança africana, regresso aos valores tradicionais? As habituais palavras de ordem da UNITA soaram deslocadas no vasto salão. Afinal, também no Bailundo a noite é crioula. ■

PÚBLICO, 27.2.95

CHARLES PASQUA APOIA A FLEC — O vespertino parisiense "Le Monde" escreveu ontem que o ministro francês do interior, Charles Pasqua, "o Africano", apoia os independentistas de Cabinda, por intermédio do empresário gaulês Michel Pacary, presidente da Associação Congo-Renascença e conselheiro das autoridades de Brazzaville. Na segunda parte de um inquérito sobre as actividades africanas de um dos mais polémicos ministros franceses, empenhado em contrariar os designios dos Estados Unidos, Eric Fottorino disse, com base em fonte judiciária, que a associação de Pacary tem participado no financiamento dos movimentos para a independência de Cabinda, em colaboração com a Mossad, polícia secreta israelita. Daniel Léandri, um dos colaboradores mais próximos de Pasqua, já teria recebido uma vez em Paris o dirigente de uma das facções da FLEC, a das Forças Armadas de Cabinda, Henrique Nzita Tiago, que aliás passa largas temporadas na França. No entanto, o alegado apoio do ministro francês do Interior à causa da independência de Cabinda não o impediria de modo algum de contactos com as autoridades angolanas, pois o mesmo jornalista do "Le Monde" citou o Presidente José Eduardo dos Santos entre as pessoas que já visitaram o gabinete de Charles Pasqua. Por outro lado, um terceiro amigo do "Africano", Jean-Charles Marchiani, teria ido nestas últimas semanas a Gbadolite tratar com o marechal Mobutu, Presidente do Zaire, da hipótese de uma reunião tripartida entre "o Grande Leopardo", o chefe de Estado angolano e o líder da UNITA, Jonas Savimbi. O autor do trabalho escreveu ainda que Pasqua e a Elf-Acquitaine estão interessados no projecto de uma zona franca a instalar em São Tomé e Príncipe.



Passam hoje 100 dias sobre a assinatura do Protocolo de Lusaca

O desânimo dos angolanos

PÚBLICO, 28.2.95

Aguar dos Santos em Luanda

Completados os primeiros 100 dias da vigência do Protocolo de Lusaca, o Governo de Angola e a UNITA parecem muito mais perto do regresso aos campos de batalha do que do avanço pelos difíceis caminhos da coabitação pacífica.

As Forças Armadas Angolanas (FAA) advertiram ontem, num comunicado, que pretendem neutralizar "qualquer aventura" que as tropas da UNITA tentem levar a cabo, depois de alegadas "provocações" que se tenham verificado nas Luandas, Benguela, Uíge e Malange.

Este tipo de linguagem, que preocupou funcionários da ONU, e as acusações feitas ajudam a dizer que o balanço dos primeiros 100 dias do Protocolo de Lusaca, assinado em 20 de Novembro de 1994, é bastante descorajador para que os angolanos durmam descansados, sem que pensem sempre na hipótese de uma manha acordarem de novo com o rimbombal dos canhões.

O espírito do regresso à guerra está sempre presente. Em pouco mais de três meses registaram-se mais de 200 violações do cessar-fogo, proliferaram grupos armados que semeiam o

pânico entre os condutores que tentam circular nas estradas do centro e sul do país, a destruição das principais vias continua por fazer e a livre circulação de pessoas e bens e ainda um objectivo por atingir.

Até agora as FAA e as tropas da UNITA limitaram-se a tímidos passos na separação dos seus homens, designadamente nas províncias do Huambo e do Uíge, das que mais trabalho têm dado à Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (Unavem).

Alegando que não aceita uma paz dos cemitérios nem

quer a humilhação de homens que andaram mais de 20 anos a combater, a UNITA procura protelar, até onde for possível, o aquartelamento dos seus perto de 70 mil efectivos, bem como a entrega do respectivo armamento às Nações Unidas.

"A movimentação das nossas tropas e o seu aquartelamento só serão feitos na presença de uma entidade neutra", diz o chefe do Estado-Maior da UNITA, general Arlindo Chenda Pena, "Ben-Ben". Ou seja, isso só acontecerá quando começarem a chegar a Angola — se realmente che-

garem... — os capacetes azuis esculpidos para fiscalizar os acordos de paz.

No meio do autêntico jogo de escondidas a que por vezes se dedicam o Governo e a UNITA, esta última pretende como contrapartida ao seu desarmamento que o Estado recolha as enormes quantidades de armamento em poder da Defesa Civil. "Não acredito que a UNITA aceite aquartelar e desarmar os seus homens sem que as autoridades desarmem a população", defendeu um diplomata europeu ouvido pelo PÚBLICO em Luanda.

Durante um recente encontro com partidos da oposição, o mediador Aïoune Blondin Beye admitiu que, apenas em Luanda, existem 700 mil armas em poder dos populares, número que poderá duplicar tendo em conta a existência de grupos de Defesa Civil nos principais centros urbanos do país, bem como a existência de milhares de cidadãos armados pela UNITA nas áreas que controla.

Face ao braço-de-ferro entre os signatários do Protocolo de Lusaca, o mesmo diplomata considerou que "a paciência da co-

munidade internacional tem limites" e que "se a UNITA não aceitar este sacrifício (do desarmamento) jamais será possível uma coabitação pacífica com o Governo".

Nos últimos meses já se notavam sinais de que Luanda estava apostada em provocar "fenómenos de deserção" nas fileiras do adversário, estratégia que ficou mais nítida na semana passada, depois das dificuldades surgidas com o desengajamento das tropas da UNITA no Uíge e com a conferência de imprensa de um coronel fugido do Planalto Central.

Sem apresentar provas materiais, o Governo disse que nos últimos dias o partido de Jonas Savimbi descarregou no Uíge mais de 100 toneladas de material bélico proveniente do Zaire, em troca da exportação clandestina de café. Mas a UNITA afirmou ontem à tarde que tem "vontade política para cooperar com o MPLA e as Nações Unidas".

Em comunicado datado do Bailundo e assinado pelo novo secretário-geral do Galo Negro, Lukumba "Gato", adverte-se, contudo, que "a UNITA está fortemente preocupada com os preparativos das FAA para novas ofensivas" e que "no caso de ser obrigada a responder não hesitará".

Apesar de tudo, porém, Beye ainda ontem alegava em público tratar-se apenas de uma "guerra de palavras e nervos" e insistia em estar optimista. porque "o Congresso da UNITA aprovou o Protocolo de Lusaca". Além de que não deu crédito a declarações do desertor segundo as quais Savimbi estaria a preparar-se activamente para o resatar da guerra, pretendendo constituir uma força de 100 mil homens, designadamente com apoio iraquiano.

No entanto, outras fontes da ONU em Luanda, citadas pela Reuters, admittam ao mesmo tempo, a título privado, que as duas partes estejam a procurar ganhar tempo, fortalecer-se e voltar depois à guerra total.]



O Presidente José Eduardo dos Santos ao abraçar em Lusaca o então secretário-geral da UNITA, Eugénio Manuavakola

Boers querem cultivar terras em Moçambique

PÚBLICO, 28.2.95

A CONCESSÃO de terras a agricultores africanos, pedida recentemente em Maputo pelo general Viljoen, deverá constar das conversações que o Presidente Joaquim Chissano vai ter durante a visita que hoje inicia à República da África do Sul, informou a rádio oficial de Pretória (SABC). Os "farmeiros" (fazendeiros) sul-africanos estão sobretudo interessados em projectos nas áreas da pecuária, irrigação e turismo.

Há cerca de duas semanas, o general Constand Viljoen, líder da Frente da Liberdade, que no Parlamento representa a direita boer, esteve em Maputo com uma importante delegação dos agricultores sul-africanos e abordou o problema com o Presidente Chissano.

"A presença deste grupo re-

presenta uma mudança positiva, não só para a África do Sul mas também para Moçambique", comentou na altura o chefe da Frelimo.

Ao comentar a sua visita a Maputo no Parlamento sul-africano, na Cidade do Cabo, Viljoen disse na semana passada que a Frente da Liberdade tencionava continuar a criar condições para a exploração agrícola e a formação agrária em Moçambique, por "farmeiros" das regiões do Transvaal e do Orange. Em troca da concessão de terras por 40 anos, os boers comprometem-se a criar postos de trabalhos e a minorar a crise alimentar no sul do país, ao longo da fronteira, onde tencionam implantar-se.

O anúncio dos contactos de Viljoen em Maputo está a despertar uma vaga de entusias-

mo entre os grandes agricultores sul-africanos, que receiam vir a perder as suas terras quando o Governo de Unidade Nacional implementar a reforma agrária que o ANC prometeu durante a campanha eleitoral do ano passado.

Face ao número de pretendentes, o presidente da União de Agricultores da África do Sul já aconselhou os seus confrades a não tomarem decisões precipitadas e a aguardarem mais promotores, noticiou o jornal "Business Day".

Aval dado por Mandela

O general Viljoen anunciou que a ideia partiu da Frente da Liberdade, que tem apenas nove deputados, e recebeu o aval tan-

to do Presidente Nelson Mandela como do primeiro vice-presidente, Thabo Mbeki, antes de ser transmitida ao Presidente Chissano. Fontes de Maputo indicam que, apesar do bom acolhimento com o chefe do Estado concedeu ao projecto, subsistem ainda muitas arestas por limar. Os "farmeiros" terão insistido que a cooperação agrícola deveria fazer-se pelos canais das organizações empresariais dos dois países, enquanto Chissano desejava que ela se processasse a nível governamental.

A delegação dos agricultores estudou o estabelecimento em Moçambique de explorações agro-pecuárias de alta tecnologia e elevado rendimento. Thomas Langley, um criador de gado do Transvaal Setentrional agora designado embaixador em

Lisboa, disse aos jornalistas em Maputo que outros países africanos, como Angola, Zâmbia e Zaire, também estão interessados na tecnologia agro-pecuária da África do Sul.

Entretanto, o ministro moçambicano da Agricultura e Pecuária anunciou sexta-feira que a Lei de Terras vai ser analisada e revista, "de modo a assegurar a actual conjuntura político-social". Carlos Rosendo do Rosário considerou imperiosa a verificação sobre a política de elaboração da paz anterior Parlamento, e que o mesmo todo o solo rural em propriedade estatal.

Chissano, que discursará amanhã no Parlamento sul-africano, vai discutir com Mandela a dinamização do Acordo Geral de Cooperação assinado pelos dois no dia 20 de Julho do ano pass-

do, em Maputo. Na ocasião, foram criados grupos bilaterais de trabalho para diversas áreas, incluindo a agricultura.

Ao falar há dias no Parlamento, o Presidente sul-africano anunciou que o seu executivo irá prestar particular atenção às relações com os países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), nomeadamente a Moçambique. "Somos todos inspirados pela unidade do desenvolvimento prático praxistas na nossa região", disse Mandela, fundamentando pelo êxito das eleições em Moçambique, no Malawi, na Namíbia e no Botswana, pelo restabelecimento da paz no Lesoto e pela assinatura do Protocolo de Lusaca, para a paz em Angola.

José Pinto de Sá, em Maputo

ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS 26

• Abolimento e renovação das relações raciais no emprego e no comércio.
 • Industrialização e desenvolvimento.
 • Criação de uma nova consciência política.
 • Criação de uma nova consciência política.
 • Criação de uma nova consciência política.
 • Criação de uma nova consciência política.

IMPRESSO